

# EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: UMA ANÁLISE SOBRE A AVALIAÇÃO DISCENTE À IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO CAP/UERJ<sup>1</sup>

Mariana Simões Maia <sup>2</sup>  
Jamilly Taina do Carmo Silva <sup>3</sup>  
Guilherme Nogueira de Souza <sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo é mapear o perfil socioeconômico do corpo discente do Ensino Fundamental II e Ensino Médio do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/UERJ). Devido à situação da crise sanitária em decorrência da pandemia da Covid-19 em 2020 que se estendeu até o ano de 2021 e a implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) nas escolas, acrescentamos na pesquisa original questões que permitissem uma avaliação por parte dos estudantes a respeito do ensino remoto implementado desde meados de 2020 na escola pesquisada.

Essa pesquisa é complementar ao projeto original da Iniciação Científica, buscando focar na compreensão da adaptação do CAp/UERJ e dos seus estudantes ao ensino remoto, além dos impactos do ensino remoto emergencial no processo de ensino-aprendizagem, ressaltando a avaliação dos próprios estudantes à implementação dessa modalidade de ensino. Com esse trabalho, temos o objetivo de contribuir para a prática de avaliação de políticas públicas, auxiliando na sua implementação, desenvolvimento e aprimoramento, uma vez que a avaliação é uma ferramenta essencial no auxílio do processo de tomada de decisão, na melhoria da qualidade de gestão, eficiência e transparência dos gastos públicos (RAMOS e SCHABBACH, 2012).

Tendo em vista que uma das formas de avaliar políticas públicas é a partir da percepção da população usuária, buscamos avaliar a implementação do ensino remoto emergencial segundo a percepção dos estudantes do CAp/UERJ, público-alvo da política pública

---

<sup>1</sup> Resultado de projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [marianasmaias@gmail.com](mailto:marianasmaias@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [jamillytaina@gmail.com](mailto:jamillytaina@gmail.com);

<sup>4</sup> Professor orientador: Doutor em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia – CAp/UERJ, [guilherme.souza@uerj.br](mailto:guilherme.souza@uerj.br).

implementada. Dessa forma, realizamos a pesquisa através da aplicação de um formulário *online* pela plataforma do *Google Forms*, ainda durante o período emergencial, que obteve a resposta de 78 estudantes do terceiro ano do ensino médio do instituto. Na pesquisa foram utilizadas apenas as respostas dos alunos maiores de 18 anos que aceitaram participar da pesquisa, contabilizando 57 respostas válidas. Buscamos com esse trabalho, além da possibilidade de avaliar uma política pública em andamento, implementada em um período de crise sanitária, contribuir para a discussão a respeito do ensino remoto e sua aplicação de forma emergencial na educação pública.

A pandemia de Covid-19 escancarou as desigualdades sociais brasileiras com relação, principalmente, ao acesso à internet, a aparelhos eletrônicos digitais e ao letramento digital, não permitindo uma boa adaptação e adequação das escolas ao ensino remoto emergencial frente às realidades socioeconômicas distintas dos estudantes (MACEDO, 2021). O ensino público ao redor do país foi fortemente impactado pelo isolamento social e as escolas tiveram que se ajustar de acordo com a realidade do seu público escolar.

É importante ressaltar que, de acordo com Martins (2020), a implementação do modelo de ensino remoto emergencial na maior parte do país foi feita de maneira despreparada e improvisada, se diferenciando das metodologias de Ensino à Distância (EaD) através da internet já existentes e desenvolvidas no Brasil desde o final dos anos 90. A metodologia do EaD é distinta do ensino presencial, demandando infraestrutura, preparação dos profissionais, materiais e recursos didáticos próprios, além do planejamento e preparo institucionais específicos que não foram adotados na implementação do ensino remoto emergencial em 2020 (MARTINS, 2020). O que podemos observar é uma adaptação do ensino presencial ao modelo remoto, sem a implementação das condições necessárias para a realização de um devido ensino à distância, com suas particularidades metodológicas e estruturais.

No CAP/UERJ, a adaptação ao ensino remoto se deu de forma tardia, as aulas mediadas de forma remota só se iniciaram em setembro de 2020 e se seguiram ao início do ano de 2021, acompanhando o calendário da universidade que tardou a implementar a modalidade remota de ensino. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) garantiu a inclusão digital aos estudantes cotistas do ensino superior, com a entrega de *tablets* e distribuição de pacotes de dados. A direção do CAP/UERJ teve de trabalhar em conjunto com a Associação de Pais e Professores (APP) e ex-alunos para o fornecimento desses equipamentos aos estudantes que precisassem. A escola se encontra, até o momento de elaboração desse texto, em regime de

ensino remoto emergencial, apesar da adesão de parte das escolas públicas da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ)<sup>5</sup> ao ensino híbrido.

No CAP/UERJ, a adaptação pedagógica ao modelo remoto foi feita dividindo-se a carga horária em atividades síncronas e assíncronas, realizadas através de uma plataforma *online*, com aulas ministradas de forma síncrona de, pelo menos, um tempo semanal e com prioridade à carga horária realizada em atividades assíncronas. Também foi orientado aos professores que as avaliações de aprendizagem fossem constantes, diluindo a nota final dos estudantes em diversas atividades.

A realidade do CAP/UERJ se difere das demais escolas públicas que fazem parte da Seeduc-RJ, pois a escola possui uma ligação com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e seus professores também lecionam na Universidade, possuindo os graus mais altos de formação acadêmica. Além disso, com os concursos para a entrada dos estudantes da escola, principalmente com a prova de admissão no ensino médio, o nível socioeconômico dos estudantes que são classificados é maior do que das demais escolas públicas. Portanto, apesar da implementação da política de cotas raciais e socioeconômicas em 2014, com a Lei 6434/2013, o perfil dos estudantes e da própria estrutura da escola ainda é diverso das escolas públicas da Seeduc-RJ.

## **METODOLOGIA**

O período anterior à aplicação do questionário contou com preparação dos bolsistas envolvidos no projeto original e do próprio formulário de perguntas. Foram realizados levantamentos bibliográficos a respeito de avaliação de políticas públicas, discussões em grupo, montagem e avaliação do questionário, até a aplicação dos questionários preliminares. O questionário foi aplicado preliminarmente a alunos do 3º ano do ensino médio. A aplicação do questionário ao corpo discente do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP/UERJ), mais especificamente aos alunos do terceiro ano do ensino médio do colégio obteve um total de 78 respostas. O questionário foi aplicado a três turmas do terceiro ano, mas apenas foram levadas em consideração as respostas dos discentes maiores de 18 anos.

O formulário foi elaborado na plataforma do *Google Forms* e, levando em consideração a crise sanitária causada pela pandemia do COVID 19, o *link* do formulário foi enviado de forma remota aos discentes no mês de março de 2021, recebendo respostas por 3 dias seguidos de todos os estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Considerando que o período emergencial se

---

<sup>5</sup> O CAP/UERJ está vinculado, através da UERJ, à secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, diferentemente das demais escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro que estão vinculadas à Seeduc-RJ.

iniciou em setembro, os estudantes tiveram poucos meses de experiência e adaptação ao novo modelo de ensino remoto e suas respostas foram recebidas ao final do ano letivo em curso. Ao abrir o formulário o aluno tinha acesso às perguntas sobre a avaliação do ensino do período remoto emergencial, obrigatório para todos. Após esse primeiro bloco de perguntas, abria o conjunto de questões sobre o perfil sociodemográfico e experiência dos estudantes durante a pandemia de Covid-19. Também foram feitas perguntas sobre o interesse do discente sobre diversos temas e sobre seus planos de futuro.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grupo de respondentes do terceiro ano do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/UERJ) do ano de 2020 é composto por 60% dos estudantes brancos, 29,1% de pretos, 9,1% de pardos e 1,8% de amarelos. Os que entraram no colégio por ações afirmativas são 33,3% dos alunos. A renda bruta familiar de 30,9% dos estudantes é de até 2 salários mínimos, de 18,2% é de dois a cinco salários mínimos e de 32,7% dos estudantes é de mais de 5 salários mínimos. A internet banda larga está presente na casa de mais da metade, 79,6% dos alunos. Além disso, 65,5% dos alunos têm um espaço privado e adequado para os estudos, 25,5% têm um espaço compartilhado adequado aos estudos e apenas 9,1% afirmaram não ter espaço adequado para estudar.

Abrimos o questionário com uma avaliação dos estudantes da implementação do ensino remoto emergencial no CAp no contexto da pandemia de Covid-19, com notas de 1 a 5, sendo 1 a menor nota e 5 a maior. A maior parte dos estudantes, 42,1%, avaliaram a implementação do ensino remoto, de maneira global, com a nota 3, seguidos de 33,3% das avaliações de nota 4 e 19,3% de nota 2, 3,5% de nota 1 e 1,8% de nota 5.

Entrando no bloco de questões que diz respeito à experiência do ensino remoto emergencial, solicitamos uma avaliação dos estudantes com relação à experiência desses segundo alguns critérios. Os estudantes poderiam avaliar tais pontos como insuficiente, regular e bom. Destacamos, então, a avaliação dos estudantes para com a adaptação curricular das disciplinas para o modelo remoto: 65,5% avaliaram como regular, enquanto 20% dos estudantes consideraram insuficiente e 14,5% consideraram uma boa adaptação. Outro critério era a avaliação dos estudantes para com a preparação escolar para o vestibular no período remoto, 47,3% dos estudantes responderam que essa era insuficiente, 36,4% responderam que era regular e apenas 16,3% disseram que era boa. Com relação à organização do tempo dos alunos dedicado ao estudo, 45,5% dos alunos avaliaram sua própria organização como regular, 41,8% como insuficiente e somente 12,7% consideraram boa.

A oferta de aulas síncronas foi melhor avaliada do que a oferta de atividades assíncronas. 47,3% dos alunos avaliaram as atividades síncronas, de aulas ao vivo, como boa, 47,3% como regular e apenas 5,4% como insuficiente. Em contrapartida, 41,8% dos alunos avaliaram a oferta de atividades assíncronas como boa, 52,7% como regular e 5,5% como insuficiente. Além disso, a utilização de tecnologias de comunicação por parte dos professores foi avaliada como regular por 48,2% dos estudantes e boa por 38,9% desses e o acesso ao material didático fornecido foi avaliado como bom por 47,3% dos estudantes e como regular por 43,6%.

Ao questionarmos se a pandemia impactou nos seus estudos, 92,6% dos alunos responderam que sim. Além disso, 81,8% afirmou que o número de horas gasto em trabalho doméstico aumentou durante a pandemia e 52,7% afirmou que o trabalho doméstico causa algum impacto em seus estudos. Ademais, 52,7% não trabalham, 20% afirmam que estão procurando emprego durante a pandemia, 16,4% trabalham por conta própria, 9,1% trabalham em emprego informal e 1,8% em emprego formal. Dentre os que trabalham, 57,9% afirmam que o trabalho atrapalha seus estudos.

Podemos levantar algumas questões após a apresentação dos resultados da pesquisa. O trabalho doméstico tem impacto relevante nos estudos dos alunos, uma vez que, principalmente por estarem mais tempo em casa, as horas gastas com trabalho doméstico aumentaram, além das horas dentro de casa gastas em atividades assíncronas, que antes não eram contabilizadas pela escola. Ademais, a avaliação dos estudantes com relação à adaptação curricular pedagógica ao ensino remoto foi regular e insuficiente, demonstrando que a adequação do ensino presencial para o modelo remoto não foi percebida como eficiente pelos alunos, principalmente quando analisamos a avaliação dos alunos para com a preparação da escola para o vestibular no período de pandemia, que se mostra insuficiente para a maioria desses. Apesar disso, a avaliação com relação à implementação do ensino remoto emergencial de forma global foi consideravelmente positiva, 77,2% dos estudantes avaliaram essa implementação com notas de 3 a 5, com as maiores porcentagens de avaliações nas notas 3 e 4.

Por fim, podemos averiguar que a boa avaliação dos estudantes com relação às atividades síncronas, ao uso de tecnologias de comunicações dos professores e ao acesso aos materiais didáticos fornecidos decorre do fato de mais da metade deles terem conexão de internet banda larga e, assim, maior acesso às aulas *online* que são realizadas por plataformas de chamadas em vídeo e outros meios de se comunicar remotamente, que consomem mais internet.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos resultados apresentados neste trabalho, ao contexto socioeconômico do CAP/UERJ e perfil dos seus estudantes e à discussão apresentada na introdução, podemos concluir que a percepção discente sobre a implementação do modelo de ensino durante o período de pandemia no CAP/UERJ é insatisfatória no que tange à adaptação curricular e pedagógica do modelo presencial ao modelo remoto. Assim como afirma Martins (2020), a adaptação curricular e pedagógica realizada diante da crise sanitária no Brasil foi feita de forma apressada e improvisada, não considerando as particularidades pedagógicas e estruturais demandadas por um Ensino à Distância já desenvolvido no país. Ainda que o CAP/UERJ tenha uma estrutura diferente das demais escolas estaduais do Rio de Janeiro e do país, a realidade enfrentada com o desenvolvimento da pandemia foi inesperada, forçando uma adaptação que, talvez, não tenha conseguido arcar com todas as necessidades de um EaD bem estruturado.

Pela maioria dos discentes possuir acesso à internet banda larga e local adequado aos estudos, principalmente com a distribuição de aparelhos eletrônicos e pacotes de dados pela organização estudantil e Associação de Pais e Professores, podemos argumentar que questões estruturais não estão necessariamente presentes nos problemas que os estudantes enfrentam durante o ensino remoto emergencial, mas suas insatisfações se mostram mais direcionadas à própria adaptação curricular, pedagógica, para o modelo remoto, relativo, principalmente, às divisões de tarefas em síncronas e assíncronas e no desgaste com atividades *online*. Outros fatores que ocupam tempo e impactam no estudo são as atividades domésticas, que, conforme afirmado pelos estudantes, tiveram um aumento de carga horária e as atividades remuneradas, iniciadas por muitos durante o período de crise sanitária, impactando seus estudos.

Esse é um trabalho feito de forma introdutória frente às limitações enfrentadas com a pandemia e à própria metodologia de pesquisa do formulário. Assim, buscamos contribuir com o levantamento de questões que possam ser aprofundadas em outros trabalhos focalizados em analisar a implementação do Ensino Remoto Emergencial no contexto da pandemia de COVID-19, o impacto no processo de ensino aprendizagem e, de forma geral, para a discussão a respeito da Educação à Distância no Brasil.

**Palavras-chave:** Ensino Remoto Emergencial, Sociologia Escolar, CAP.

## REFERÊNCIAS

MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 34, p. 262-280, 2021.



MARTINS, Ronei Ximenes. A covid-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 242-256, 2020.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Leticia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 46, p. 1271-1294, 2012.